

Quinta-Feira, 18 de Dezembro de 2025

Chefe da PF rebate Lira e deputados e diz que não há imunidade para cometer crime

INVESTIGAÇÃO

Terra

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, rebateu críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de parlamentares sobre a atuação da corporação dizendo que não há direito absoluto e que a imunidade parlamentar não protege o cometimento de crimes.

“Não há direito absoluto, não há essa imunidade absoluta que alguns querem se escudar para cometer crimes”, disse Rodrigues. A fala foi feita em resposta a um questionamento do Terra durante um café da manhã com jornalistas, nesta quarta, 4.

“Vocês imaginem ir para a tribuna e começar a anunciar venda de cocaína, maconha, venda de criança. É razoável, aceitável isso? É liberdade de expressão? Isso é crime. E atacar a honra das pessoas é crime igual. Não há nada que vá afastar a Polícia Federal do seu eixo de atuação, que a nossa garantia não é a opinião de quem quer que seja, são as leis e a Constituição”, disse Rodrigues.

A PF indiciou, em novembro, os deputados Marcel Van Hattem (Novo) e Cabo Gilberto Silva (PL-PB) por criticarem e xingarem o delegado Fábio Shor, responsável pela condução dos inquéritos que miram o ex-presidente Bolsonaro. Os parlamentares foram indiciados por calúnia e difamação.

À época, o presidente da Câmara criticou a investigação dizendo que há imunidade parlamentar por discursos proferidos no plenário e que a Casa investigaria possível abuso de autoridade por parte de policiais. Além do presidente, há queixas de deputados por prisões feitas pela PF e ações recentes que investigam Jair Bolsonaro (PL) e seu entorno.

Na tarde da terça, 3, o diretor-geral e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, estiveram em audiência na Comissão de Segurança da Câmara e no Senado. Nas duas comissões, eles foram alvos de questionamentos sobre a atuação política da corporação e afrontas. Durante a fala de Van Hattem, o deputado atacou o delegado dizendo que ele estaria “prevaricando” por não o prender, já que repetiu as mesmas ofensas ao delegado Shor.

Aos jornalistas, nesta quarta, Rodrigues disse que não teria motivos para prender o deputado, já que só podem ser presos em flagrante e por crimes inafiançáveis. Ele destacou que as investigações foram abertas com aval do STF e parecer da Procuradoria-Geral da República, por se tratarem de deputados com foro.

“Não são vozes da minha cabeça, tem lastro técnico. O foro adequado para essa discussão não é aqui, é no Judiciário. Sou o primeiro interessado em apurar abuso e excessos cometidos na PF”, disse o delegado.

“Não adianta ficar lacrando para internet. Se tem abuso, excesso, é importante que isso seja documentado e apresentado para quem de direito apurar”, considerou.